

ESPAÇO | SOCIALISTA

Ano VII - Nº 20 maio/junho de 2007
Contribuição: R\$ 2,00

Publicação Marxista Revolucionária de Debates

LUTAR CONTRA AS REFORMAS DE LULA/GOVERNADORES



POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA



- Teoria: As crises do capital e a vida dos trabalhadores.....5
Racial: Texto ao Congresso Nacional de negros e negras.....8
Polêmica: Academicismo e luta de classes..... 10
Cultura: Os 300 de Esparta e as batalhas do presente.....14

Por emprego para a juventude; Direito ao aborto; Hip-Hop e papel do poeta, veja o **ENCARTE DA JUVENTUDE**

NOVIDADES NO PROJETO EDITORIAL DO ESPAÇO SOCIALISTA

Na conferência do Espaço Socialista realizada, ano passado, votamos reestruturar o projeto editorial da organização. O jornal Espaço Socialista, agora com um encarte da juventude, também está aumentando a sua frequência.

O caráter do jornal continua o mesmo, ou seja, é ao mesmo tempo um instrumento de divulgação da política da organização e um espaço de debates para os militantes e ativistas do movimento social.

Os textos que estão assinados não necessariamente representam a posição da organização e são de responsabilidade

daqueles que o assinam. Os textos sem assinatura são os aprovados pelas instâncias do Espaço Socialista e representam a posição que defendemos no movimento.

A página também está passando por uma reestruturação, com um novo visual e novos textos voltados tanto para a informação como para a formação política e teórica da militância socialista. Se você tiver crítica ou sugestão, mande-nos, pois a troca de experiência é um dos elementos que contribui para o aperfeiçoamento dos necessários e importantes meios de comunicação.

Outra questão importante que estamos colocando em movimento é a publicação de uma revista com conteúdo e caráter teórico, tratando os temas da luta de classes de maneira mais estrutural, o que não é possível no jornal.

A idéia é que seja uma revista impulsionada não só pelo Espaço Socialista, mas com outras organizações e ativistas com os quais temos proximidade, formando um comitê editorial e gráfico que, em comum acordo, defina o formato, o conteúdo e demais questões necessárias para a sua publicação.

UNIFICAR AS LUTAS E IMPULSIONAR A ORGANIZAÇÃO DE BASE CONTRA AS REFORMAS DO GOVERNO LULA!

O governo Lula, juntamente com os governadores, o Congresso Nacional e o STF, dão início a uma nova rodada de grandes ataques contra direitos históricos dos trabalhadores, particularmente contra os serviços públicos e os servidores.

Os meios de comunicação como TVs, jornais e revistas, pagos para divulgar os interesses da burguesia, querem convencer a população de que os poucos direitos trabalhistas e os investimentos nos serviços públicos são obstáculos para o crescimento do país, pois segundo eles, provocam aumento de impostos e dos encargos trabalhistas, o que torna o país pouco atrativo para

os investimentos dos empresários no mundo globalizado. Como parte dessa campanha cínica e mentirosa, culpam os servidores pela degradação dos serviços públicos, acusando-os de serem despreparados, descompromissados e faltarem demais.

A partir da premissa de que o “crescimento econômico” capitalista é a solução para todos os problemas do país, buscam manipular a opinião pública e dos setores mais pauperizados no sentido de impor sobre o funcionalismo público e demais trabalhadores o corte de verbas e dos direitos trabalhistas, o arrocho salarial,

o reajuste por merecimento, a avaliação de desempenho, a precarização do vínculo empregatício, as demissões, a criação da SP PREV, a Reforma da Previdência, etc. etc.

Para convencerem os trabalhadores e os desempregados, apresentam a China e a Índia como exemplo a se seguido, mas não dizem que o crescimento econômico desses países é sustentado por mão-de-obra semi-escrava e às custas da proibição de direitos políticos elementares, como os direitos de greve e de manifestações, por exemplo.

Na verdade, quando falam em “crescimento”, querem dizer aumento do lucro dos empresários, o que não

tem nada a ver com a melhoria das condições de vida da maioria da população. Para se ter uma idéia, a Volkswagen aumentou sua produção, teve lucros bilionários em 2006 e mesmo assim está demitindo milhares de operários. Esse tipo de “crescimento” não interessa aos trabalhadores.

O mais irônico é que essa campanha de responsabilizar os trabalhadores pela crise social acontece justamente no momento em que vemos ressurgirem as denúncias de corrupção, desta vez no STJ, com o ministro Paulo Medina, envolvido em vendas de licenças e alvarás a várias empresas com cassinos, bingos e caça-níqueis. O Judiciário nunca foi neutro, muito menos ético. Sabe-se das corrupções envolvendo tráfico de licenças e alvarás. Se somente agora estão ocorrendo apurações do governo, através da Polícia Federal e do Ministério Público é por que isso está no marco de pressionar o Judiciário a não se opor a nenhuma das Reformas, sejam aquelas que afetam parcialmente esse poder, ou outras mais importantes, que afetem os trabalhadores, sob pena de serem divulgados e apurados seus esquemas de corrupção.

A verdade é que são os patrões, seus políticos e juizes comprometidos os verdadeiros privilegiados que usufruem de aumentos escandalosos, aposentadorias com 8 anos de “trabalho”, benefícios e acordos espúrios com o dinheiro público, mensalões, compra de votos, etc. São eles os responsáveis pela absurda concentração de renda no país que provoca a miséria e violência social crescentes.

No plano político, vemos o pacto entre PT e PSDB no sentido de acabar com a reeleição e aumentar o mandato para 5 anos, com o objetivo de acomodar as pretensões eleitorais de Serra, Aécio e Tasso Jereissati, e ainda permitir que Lula fique um ano a mais e possa voltar em 2014. Não é apenas um acordo eleitoral. Expressa um acordo mais geral da burguesia em torno dos cortes sociais no Estado para garantir sua ajuda à iniciativa privada. Assim, também estão neste acordo a

aprovação das medidas do PAC no Congresso, a prorrogação da CPMF em 0,38% e da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2011, e o andamento das Reformas Política, da Previdência e Trabalhista ainda que, neste caso, cada partido tenha sua visão dos ritmos e meios que consideram mais seguros para aprovar esses duros ataques aos trabalhadores, tentando impedir que haja um ascenso do movimento de massas que possa por a perder todo esse projeto.

Nesse sentido, Estados e municípios, governados pelo PSDB ou pelo PT têm atacado duramente os trabalhadores. Isso se deve a que nos últimos anos, boa parte dos seus recursos foram sugados pela União através do FUNDEF – agora FUNDEB –, pela municipalização da saúde, retenções de impostos e repasse de obrigações pela União. Mas não é só, estados e municípios estão embarcando de vez na mesma lógica do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), de garantir o pagamento dos juros das dívidas públicas e conceder incentivos e isenções de impostos às empresas, com o argumento de promover o “crescimento regional” ou “estadual”.

Tanto a burguesia quanto as burocracias sindicais e políticas representadas pelo PT, PC do B, CUT e Força Sindical não têm mais nada de novo para apresentar a não ser sua parceria com os patrões para efetuarem novos ataques, sejam eles puros (no caso do PSDB) ou temperados com pitadas de assistencialismo (no caso do PT), cujo resultado final é o mesmo.

Mas o dado novo na situação atual é o despertar do movimento de massas. O segundo mandato de Lula já está enfrentando muito mais manifestações do que o primeiro. Isso se pode medir pelo maior número de mobilizações estudantis e greves.

O governo Lula não poderá mais contar com a trégua que teve dos movimentos sociais em seu primeiro mandato. A situação no Brasil está se modificando, ainda que mais lentamente

do que nos demais países da América Latina. Estamos em um novo período de retomada de lutas e greves que tende a aumentar, particularmente no funcionalismo público e nos setores mais organizados.

O Encontro Nacional Contra as Reformas ocorrido no último dia 25 em São Paulo, com representações de 21 estados e centenas de organizações sindicais, estudantis e populares foi expressão dessa nova situação. Mais de 5.000 ativistas e lideranças aprovaram:

- Unificação das lutas contra as Reformas do governo Lula;
- Calendário de lutas que incluiu o dia 17 de abril e o 1º de maio Estadual de luta contra as Reformas como alternativa contra as festas pelegas da CUT e da Força Sindical.
- A formação de um Fórum Nacional de Luta contra as Reformas;
- Manifestação em Brasília no 2º semestre de 2007.

A vitória que foi a realização deste Encontro provou a correção da posição defendida anteriormente pelo Espaço Socialista de que a entrada na CONLUTAS não deveria ser colocada



como condição *sine qua non* para uma unidade na luta contra as Reformas, como defendia antes o PSTU.

No entanto, seguimos reafirmando que se a ruptura com a CUT não é uma condição para a unidade na luta, ela é uma necessidade em termos de coerência, pois não podemos negar que a CUT é hoje o principal sustentáculo para que o governo Lula possa aplicar as reformas e não se pode mais seguir sustentando e dando credibilidade a esta central pelega. Neste sentido reiteramos o chamado aos companheiros da INTERSINDICAL

para que promovam urgentemente a discussão na base das categorias e lancem a ruptura com a CUT, para que ingressem na CONLUTAS ou busquem caminhos para uma confluência.

No mesmo sentido, é preciso que os setores da CSC e do MST que estiveram presentes no Encontro e se declararam contra as reformas sejam conseqüentes e rompam qualquer acordo com a Articulação (PT) no movimento e no governo, sob pena de fazerem um jogo duplo inaceitável.

REALIZAR OS ENCONTROS REGIONAIS E CONSTRUIR UM PROJETO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

Apesar do Encontro ter sido altamente progressivo dentro da situação atual, ele teve duas lacunas importantes que precisam ser corrigidas para que esse processo positivo possa avançar ainda mais

1) É preciso formas concretas de juntar nas regiões todos os ativistas e trabalhadores que queiram lutar contra as Reformas e que não estiveram presentes no Encontro Nacional. O Espaço Socialista propõe que as forças sindicais e políticas de esquerda se unam e encaminhem os Encontros Regionais de base nas regiões. Além de ampliar o alcance da luta contra as Reformas, esses Encontros Regionais podem ser uma referência concreta para atrair e disputar a consciência de setores mais amplos da classe trabalhadora contra o discurso oficial do governo e dos patrões. Também podem unificar as lutas regionais e estaduais, criando uma ponte com a luta nacional contra as Reformas.

Somente um forte movimento estruturado nesses moldes pode superar o marco das atuais lutas defensivas para que se possa falar em medidas como a greve geral, que chegou a ser mencionada no Encontro Nacional.

No ABC está em curso a construção de uma plenária regional de base

" A tarefa de disputa ideológica da consciência dos trabalhadores e de setores da classe média é fundamental, mas tem sido abandonada pelas atuações imediatistas ou eleitoralistas da maioria das organizações "

unificada contra as reformas. O positivo dessa iniciativa é que agora todas as forças políticas de oposição ao governo e a sua política e que atuam na região se incorporaram e vão convocá-lo. É um exemplo importante que pode apontar um caminho da luta contra as reformas para o conjunto do país. Na nossa opinião essa atividade é fundamental principalmente pelo peso que a burocracia petista e cutista têm na região e pode sair uma referência política concreta para os trabalhadores do ABC se incorporarem nessa luta.

2) Não podemos ficar à mercê do discurso da grande mídia de que as Reformas são inevitáveis, que representam o progresso ou que não existe outra saída no mundo globalizado. É preciso que a esquerda seja capaz de apresentar para os trabalhadores um projeto alternativo que ataque pela raiz os principais problemas, imediatos e históricos, da sociedade brasileira, de um ponto de vista dos trabalhadores.

A tarefa de disputa ideológica da consciência dos trabalhadores e de setores da classe média é fundamental, mas tem sido abandonada pelas atuações imediatistas ou eleitoralistas da maioria das organizações. É preciso construir, um **Projeto Socialista dos Trabalhadores** que seja agitado e propagandeado junto a todos os setores explorados e oprimidos como um alternativa ao capitalismo decadente. Isso é fundamental, pois enquanto o capitalismo continuar, mesmo que

derrotemos os ataques de hoje, eles voltarão redobrados amanhã.

Propomos a seguir alguns pontos de programa para superar a barbárie capitalista que avança sobre o país:

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

- Não pagamento da dívida pública, interna e externa. No primeiro mandato de Lula foram pagos R\$ 331 bilhões, que não foram suficientes sequer para pagar os juros, que eram de R\$ 590 bilhões. Assim, a Dívida cresceu ainda mais e hoje atinge 1 trilhão e 300 bilhões de reais. Só neste ano, estão previstos mais R\$ 165,9 bilhões para pagamento de juros. Na prática, essa Dívida já foi paga. Defendemos que desse dinheiro seja investido num programa de obras e serviços públicos sob controle dos trabalhadores, para gerar empregos e melhorar as condições imediatas de saúde, educação, moradia, transporte, cultura e lazer;

- Redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução do salário;

- Carteira de trabalho e direitos trabalhistas para todos, em todos os ramos da economia, da cidade e do campo. Fim das terceirizações e do trabalho precário;

- Salário mínimo do DIEESE (R\$ 1.620,89) para todos os trabalhadores;

- Reestatização das empresas privatizadas, sob controle dos trabalhadores, com reintegração dos demitidos;

- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.

- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Fim do latifúndio. Por uma agricultura coletiva, orgânica e ecológica voltada para as necessidades da classe trabalhadora;

- Por um governo socialista dos trabalhadores baseado em suas organizações de luta;

- Por uma sociedade socialista.

AS CRISES DO CAPITAL E A VIDA DOS TRABALHADORES

No dia 27 de fevereiro de 2007 a bolsa de valores de Xangai, na China, teve uma queda de 9%, a pior em 10 anos. Essa queda provocou abalos em todos os mercados financeiros do mundo, com as bolsas fechando em baixa por toda parte, inclusive no Brasil (a Bovespa caiu 6,6% no dia 28/2). Seguiu-se a esse abalo o anúncio de problemas sérios também na economia mais importante do sistema, a dos Estados Unidos. Aumentaram os temores de que a bolha especulativa no mercado imobiliário estadunidense esteja prestes a estourar, que teria efeitos importantes no conjunto da economia mundial. Analistas começam a falar na possibilidade de um novo ciclo de recessão, interrompendo o atual ciclo de crescimento global que se iniciou em 2003.

Em outras palavras, podemos estar diante de mais uma crise econômica do sistema capitalista. Apenas para que se possa ter uma noção do que isso significa, o último ciclo de recessão, que se estendeu entre 2000 e 2002, teve como efeitos, entre outros, a quebra da economia da Argentina, em dezembro de 2001, resultando nos famosos painéis que derrubaram 5 presidentes em um mês. As revoltas que sacudiram o continente latino-americano naquele período, como as da Bolívia em 2000, 2003 e 2005, e do Equador em 2003; assim como as eleições de candidatos que posavam como alternativos ao neoliberalismo (mais tarde, provariam que não eram, seguindo o mesmo modelo, como Lula no Brasil); estão ligadas a problemas econômicos gerados pela recessão mundial daquele período.

Estamos vivendo portanto numa época em que as crises econômicas adquiriram um caráter de fenômeno

universal, com propagação instantânea de um país para o outro e consequências globais, afetando o conjunto da humanidade. Além de ameaçar o mundo com guerras constantes e o perigo do apocalipse ambiental (dramaticamente exemplificado pelo problema tardiamente reconhecido do aquecimento global), sem falar na miséria em que vive a imensa maioria da humanidade; o sistema capitalista também nos ameaça com o simples desenvolvimento do seu funcionamento “normal”, que periodicamente ocasiona crises econômicas com graves efeitos destrutivos sobre a vida dos trabalhadores.

Torna-se fundamental, portanto, do ponto de vista dos trabalhadores, entender a dinâmica dessas crises, para desenvolver as respostas políticas adequadas.

AS CRISES PERIÓDICAS DO CAPITAL

Desde que Marx estabeleceu cientificamente os princípios da economia política dos trabalhadores, o fenômeno das crises econômicas já é até certo ponto bem conhecido. O modelo básico de uma crise econômica capitalista é o das crises de superprodução de mercadorias. Esse tipo de crise se origina num defeito fundamental e insuperável do capitalismo, que só pode ser vencido por meio da destruição desse modo de produção irracional. A superprodução acontece quando a economia produz mais mercadorias do que é possível consumir.

E a economia capitalista é forçada por sua própria lógica a funcionar dessa maneira, pois: (1) de um lado, existe a pressão para que se produza cada vez mais em menos tempo, com o uso de

novas tecnologias, e com a conseqüente diminuição da quantidade de força de trabalho humana empregada, para diminuir os custos; e (2) de outro lado, a diminuição do número de trabalhadores empregados faz com que diminua o número de pessoas que poderá consumir as mercadorias.

Aquilo que as empresas de um determinado ramo da economia conseguem ganhar com o aumento da produtividade, reduzindo seus custos e diminuindo a quantidade de trabalhadores empregados, resulta em perdas para o conjunto da economia, pois esses trabalhadores demitidos não poderão consumir o que os outros ramos da economia produzem. Logo, as empresas desses outros ramos serão forçadas também a demitir. E os trabalhadores, uma vez demitidos, não poderão consumir o que aquele primeiro setor que aumentou a produtividade foi capaz de produzir.

A sincronização desse movimento entre vários setores da economia simultaneamente é o que produz a recessão numa determinada economia nacional.

Grosseiramente, esse é o esquema básico de uma crise econômica capitalista. Marx dizia que “não existe crise permanente do capital, existem crises periódicas em permanência”. Com isso ele queria dizer que enquanto existir o capitalismo existirão crises desse tipo, mas essas crises estarão intercaladas com momentos de crescimento, num movimento de ondulação sem fim, como uma montanha russa.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Naturalmente, os economistas e políticos burgueses tentam tomar medidas para evitar que as crises se

tornem graves o suficiente para abalar o sistema e permitir que seja derrubado, o que poria um fim na sua dominação de classe. A burguesia foi obrigada a reconhecer a necessidade de tais medidas pela irrupção da crise de 1929, a mais grave do sistema capitalista mundial, que provocou uma depressão mundial, desemprego massivo nas economias centrais (Estados Unidos e Europa), a ascensão do nazismo na Alemanha e indiretamente a própria eclosão da II Guerra Mundial. No pós-guerra, para impedir uma revolução socialista na Europa que desse aos trabalhadores a condição de organizar a economia segundo as necessidades sociais, a burguesia passou a fazer concessões, criando políticas de Estado para chegar ao pleno emprego. Elevaram-se os salários e concederam-se benefícios aos trabalhadores, que ingressaram na chamada “sociedade de consumo” e deram fôlego para que o capitalismo sobrevivesse em plena superprodução de mercadorias.

O resultado dessas políticas de bem-estar social foi uma relativa atenuação das crises nos países centrais nos anos de 1945-1970, conhecidos como os “anos dourados” do capitalismo. A economia cresceu vertiginosamente nesse período e houve espaço até mesmo para que países periféricos como o Brasil vivessem o seu “milagre econômico”. Entretanto, isso não significa que as contradições tivessem sido eliminadas. Os próprios mecanismos criados para administrar as crises, como os sistemas de crédito, endividamento, financeirização, etc., acabam se tomando fatores de novas crises, por meio da especulação, etc.

Os “anos dourados” do capitalismo também apresentaram outras formas de contradição. Além do consumo de massa, a economia estadunidense em particular também se tornou dependente das encomendas do Estado junto ao complexo-industrial militar para equipar o monstruoso arsenal de destruição de massa montado no contexto da Guerra Fria. Sem os gastos do Estado em ciência, tecnologia e produção empregada para a guerra, a

economia dos Estados Unidos não poderia crescer tanto. Daí a necessidade permanente de intervenções imperialistas, como a do Vietnã nos anos 60 e a do Iraque nos dias de hoje. Trocou-se a Guerra Fria pela “guerra ao terror”, mas o fundamento econômico do militarismo estadunidense permaneceu o mesmo.

“ As crises periódicas do capital explicadas por Marx passam a acontecer num momento em que não existem mais mecanismos de deslocamento das contradições capazes de atenuar seus efeitos destrutivos...”

A grande diferença entre um período e outro é que desde o início da década de 1970 os mecanismos do chamado “estado de bem-estar social” que propiciaram a aparição da “sociedade de consumo” e dos “milagres econômicos” já não funcionam mais. A revolução tecnológica (alguns autores falam em 3a. Revolução Industrial, depois daquelas da máquina a vapor e dos motores de combustão) da informática, da robótica, das telecomunicações, da internet; bem como as crises do petróleo desde 1973/79, à volta do liberalismo desenfreado (neoliberalismo), o unilateralismo dos Estados Unidos, o protecionismo nas disputas comerciais entre as potências, a globalização dos mercados de trabalho; tudo isso pôs fim aos canais artificiais que permitiam aos gestores do capitalismo deslocar as crises econômicas. Voltamos a um cenário em que novas crises como a de

1929 se tornam uma ameaça palpável no horizonte.

As crises periódicas do capital explicadas por Marx passam a acontecer num momento em que não existem mais mecanismos de deslocamento das contradições capazes de atenuar seus efeitos destrutivos. Isso nos autoriza a falar, segundo Mészáros (*Para além do capital*, 2003, Ed. Boitempo), em uma “crise estrutural do capital”.

Vivemos num período em que o capitalismo não pode escapar das crises sem um agravamento mortal das suas características destrutivas: guerra, degradação ambiental, desemprego e miséria generalizada.

A PRÓXIMA CRISE ECONÔMICA

Uma característica recente do capitalismo, típica do nosso período histórico, e portanto impossível de ser prevista por Marx, é o entrelaçamento entre os ciclos da economia dos Estados Unidos, a mais poderosa do sistema, e o restante da economia mundial. A história econômica estadunidense revela uma seqüência de 31 ciclos econômicos entre 1854 e 1991, com uma média de 35 meses de expansão e dezoito meses de declínio (*Império do Terror – Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*, José Martins, 2005, Ed. Instituto José Luís e Rosa Sunderman). Entre 1991 e 1999/2000, os Estados Unidos cresceram, levando o resto do mundo consigo. Quando a bolsa NASDAQ estourou em 2000 e o WTC caiu em 11/09/2001, os Estados Unidos entraram num ciclo de declínio, trazendo também o restante do mundo consigo. Ou seja, estabeleceu-se um padrão pelo qual quando os Estados Unidos crescem, o mundo cresce; quando os Estados Unidos param, o mundo pára.

Isso significa que a crise que está se gestando no mercado imobiliário estadunidense pode ser o estopim da próxima crise econômica global. O mercado da especulação imobiliária foi um dos principais sustentáculos do ciclo de crescimento da década de 1990, e foi o único que sobreviveu depois do

AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

estouro da bolha especulativa da “nova economia” da internet em 2000. Trata-se de uma forma de crescimento artificial e degenerado em relação ao mecanismo clássico da superprodução, pois se caracteriza pela financeirização e pelo “efeito riqueza” que ela gera. Convém portanto observar mais de perto esse fenômeno.

A especulação imobiliária consiste num movimento circular em que os preços dos imóveis residenciais se tornam cada vez mais altos. Com os seus imóveis valorizados, os consumidores estadunidenses fazem hipotecas e tomam empréstimos nos bancos. Com esses empréstimos, entregam-se ao consumo desenfreado de mercadorias, principalmente os importados da China. O consumismo estadunidense sustenta a economia mundial em crescimento e também a economia interna. Os aplicadores investem em títulos acionários das imobiliárias, com base na promessa de valorização contínua dos imóveis. As imobiliárias, por sua vez, com o ingresso massivo de recursos, oferecem mais e mais empréstimos (há famílias que fazem 2 ou 3 hipotecas do mesmo imóvel), que permitem às famílias consumir mais e também construir mais imóveis, aquecendo o mercado da construção civil. A maioria das famílias estadunidenses possui dívidas mais altas do que a sua renda.

O problema acontece quando as hipotecas começam a não ser pagas. As imobiliárias que atuam no mercado secundário (2as. hipotecas) começam a ter prejuízos, que ameaçam desvalorizar suas ações, que por sua vez ameaçam desvalorizar as ações do setor em geral, e do conjunto do mercado acionário, que por sua vez repercute no conjunto da economia estadunidense e mundial. O estouro da especulação imobiliária já entrou na pauta dos analistas como um fato consumado, que fatalmente vai acontecer em breve, só não se sabe exatamente em que momento, em questão de semanas ou de meses. Essa é a razão do nervosismo desses analistas e do conjunto da mídia burguesa em relação à economia mundial.

As conseqüências desse fenômeno típico do atual capitalismo mundial para a vida dos trabalhadores no Brasil serão seriíssimas, pois, como vimos, uma recessão nos Estados Unidos afetaria sincronizadamente o restante da economia mundial. O consumo das famílias estadunidenses é o que sustenta o alto crescimento da industrialização da China. E a China, por sua vez, tendo em vista a sua condição de oficina que abastece o consumismo estadunidense, é um dos maiores importadores mundiais de “commodities”, nome dado aos produtos primários como petróleo, minério de ferro, cobre, soja, açúcar, álcool, aço, etc., fornecidos pelos países periféricos. Uma eventual diminuição da importação de commodities pela China teria conseqüências catastróficas para as economias da América Latina, como a do Brasil, que nas últimas décadas experimentaram um processo de desindustrialização e especialização regressiva e se transformaram, como na época colonial, em meros fornecedores de commodities.

O último relatório semestral do FMI sobre economia mundial (disponível em: *FMI - World Economic Outlook – Spillovers and Cycles in the Global Economy*, www.imf.org, Abril 2007) não poderia ser mais claro quanto às conseqüências da recessão que se avizinha para os países periféricos: “Um grande número



de países emergentes e em desenvolvimento devem manter firmemente a estabilidade macroeconômica e financeira face aos ingressos massivos de moedas estrangeiras. Em geral, as reformas estruturais progrediram de maneira desigual no período recente e resta muita coisa a ser feita. Uma aceleração das reformas do mercado de trabalho na América Latina dinamizaria a fraca produtividade da região. A implantação de sistemas estáveis, transparentes e equilibrados para fornecer infraestrutura e para a exploração de recursos naturais poderia ajudar a reduzir os riscos de gargalos, corrupção e carência de investimentos, o que pode representar sérios obstáculos ao crescimento de longo prazo” (tradução do *Boletim Crítico Semanal da Economia*, n. 15, Abril de 2007, criticasemanal@uol.com.br).

Traduzido do “economês”, o FMI quer dizer o seguinte: é preciso acabar o quanto antes com os direitos trabalhistas, rebaixar os salários, precarizar as condições de trabalho e também privatizar tudo o que restou de controle estatal sobre os portos, ferrovias, rodovias, mineração e o fornecimento de energia e água; para que as frações do capital aqui investidas possam continuar lucrando. Aí está contido o programa do PAC e das reformas neoliberais contra a Previdência, a CLT, a estrutura sindical e a universidade pública que estão sendo realizadas aos poucos pelo governo Lula.

Quando os noticiários começam a falar em “crise econômica”, os trabalhadores precisam ficar atentos. Isso significa que os lucros da burguesia estão em perigo, e que a classe dominante precisará aumentar a exploração e a miséria. A crise pode demorar muito ou pouco, e pode ser mais ou menos intensa. A única coisa certa é que, para superar de vez as crises, a miséria e a barbárie impostas pelo capitalismo sobre nós todos os dias, somente a luta organizada dos trabalhadores na perspectiva da construção do socialismo pode oferecer uma solução eficaz e permanente.

Nos dias 20,21 e 22 de abril iniciou-se o Congresso Nacional de Negras e Negros do Brasil. É um congresso que vai durar um ano, com várias atividades e discussões nos Estados. O Espaço Socialista, em conjunto com o grupo de combate ao racismo Rosas Negra, participou com uma delegação. Reproduzimos o material que apresentamos @s delegad@s do congresso. Para nós, uma questão central desse congresso é que ele se apresente como uma alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras negras do país com um perfil classista e anti-governista e também apresentar um programa que consiga dialogar com o conjunto da classe trabalhadora para uma luta em comum contra o capitalismo.

Apresentamos abaixo o material que apresentamos ao congresso.

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES NEGROS

Núcleo de Mauá

“Não existe capitalismo sem racismo” Malcolm X

“Racismo e capitalismo são as duas faces da mesma moeda” Stive Biko

No Brasil, a chamada democracia racial tem se constituído em um mecanismo de racismo disfarçado. Com o blá, blá, blá de que não há racismo os trabalhadores negros estão submetidos às piores condições de trabalho (menores salários, maiores jornadas de trabalho, etc), à exclusão das universidades (onde prevalece e mantém o sistema elitista que deixa o negro fora da universidade) e às piores condições de moradia (que são jogados para a periferia).

A causa não é como a classe dominante diz que não temos sorte ou não aproveitamos as oportunidades que o mundo dá. Há um responsável por essa situação e tem nome: é o capitalismo, que para poder continuar lucrando precisa de força de trabalho mais barata, descarregando, principalmente sobre os negros as consequências de sua exploração.

O racismo é um produto direto do capitalismo que décadas após décadas vem utilizando-o e reproduzindo-o em todas as esferas da sociedade para criar uma diferença artificial entre os explorados de forma que lhe permita pagar salários mais baixos e aumentar a taxa de exploração de metade da população brasileira sob o argumento

disfarçado de que somos inferiores ou não possuímos a qualificação exigida.

Entender essa situação é fundamental porque coloca para todos nós a tarefa de construirmos um processo que envolva o conjunto da classe trabalhadora contra o sistema de dominação capitalista. O nosso inimigo é o capital e sua ideologia de dominação. Assim, precisamos construir uma plataforma de reivindicações que atraia TODOS os trabalhadores para as bandeiras dos negros. Juntos tornaremos nossas bandeiras muito fortes.

A situação coloca-se mais delicada ainda porque sofremos duplamente e com maior intensidade os efeitos do sistema capitalista: somos explorados economicamente e oprimidos racialmente.

UNIR TRABALHADORES NEGROS E BRANCOS CONTRA O CAPITALISMO

Racismo não é uma questão de “atitude”, ou seja, não é uma ação que tem causa e origem no individuo isolado, mas no sistema social (capitalista) que desenvolve um determinado tipo de relações sociais visando dividir a classe trabalhadora e continuar a sua

dominação. É o velho lema: dividir para governar.

As diferenças raciais são criadas pela classe dominante (no ocidente majoritariamente branca), não são naturais dos seres humanos, como a burguesia quer fazer crer. Fazer com que tanto os oprimidos racialmente, quanto os não oprimidos aceitem essa condição é fundamental para a reprodução desse mecanismo. Isso explica a necessidade de criar diferenças artificiais.

Dividir os trabalhadores entre negros e brancos permite que a burguesia crie um sistema em que aqueles que são oprimidos precisam se sujeitar às piores condições que ela impõe. É uma divisão entre o ruim e o muito ruim, se aos negros são destinados empregos mais precarizados, salários menores e péssimas condições de trabalho aos brancos a situação também não é diferente, pois @s trabalhadoras/es branc@s também ganham pouco e têm os direitos atacados. A divisão criada pela burguesia prejudica tanto os trabalhadores negros como os brancos, pois ao diminuir a unidade da classe trabalhadora também diminui a força de pressão do conjunto da classe trabalhadora sobre os patrões e o governo (negros e brancos).

Para que a nossa luta se fortaleça é imprescindível que tenhamos uma política para atrair os trabalhadores brancos para a luta contra o racismo e a desigualdade racial. Essa unidade é fundamental por várias razões, entre elas uma muito simples é a multiplicação daqueles que lutam contra o racismo e um mundo sem exploradores nem explorados.

Portanto, defendemos um programa que parta da luta imediata pelas cotas proporcionais nas universidades, escolas técnicas, concursos públicos, empregos gerados pelo Estado ou por empresas privadas, planos de moradia, e outras políticas afirmativas radicais, como forma de impulsionar a luta contra o racismo e contra a desigualdade racial. Ao mesmo tempo, defendemos a combinação dessas bandeiras específicas com outras que dizem respeito ao conjunto da classe trabalhadora contra a exploração e o domínio do capital.

Por exemplo, a bandeira de redução da jornada de trabalho sem redução dos salários é uma luta fundamental para a geração dos milhões de empregos necessários. Por sua vez, os empregos gerados teriam que ser divididos em cotas proporcionais de acordo com o número de brancos e negros da região. A mesma coisa em relação à luta para aumentar as vagas nas Universidades Públicas, Escolas Técnicas, etc. e que suas vagas sejam direcionadas aos alunos da Escola Pública, com divisão das vagas de acordo com o percentual de negros e brancos da região, etc. Junto a isso a luta unitária pelo não pagamento das dívidas interna e externa e investimento desse dinheiro nos serviços públicos como educação, saúde e lazer.

POR UM CONGRESSO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS ANTI-GOVERNISTA

O governo Lula (PT, PMDB, PC do B, etc.) tem se caracterizado por uma política em relação aos negros de muito discurso e pouca coisa concreta. O PROUNI é apresentado como a grande

política de acesso a universidade para os negros. Ledo engano. As universidades públicas continuam destinadas à elite branca do país, ficando reservado aos negros as universidades precarizadas e com cursos de qualidade duvidosa.

O propalado Estatuto da igualdade racial nada mais faz do que reconhecer o que já sabemos: há imensas desigualdades entre brancos e negros no país. Nada de prático e concreto, pois o estatuto não ataca a causa, a razão de existir racismo e preconceito, que são as relações capitalistas de produção. Mesmo as ações afirmativas significando muito pouco para as nossas necessidades, (pois não devolve aquilo que o sistema tirou de nós nos mais de 4 séculos de escravidão e racismo), o Estatuto garante.

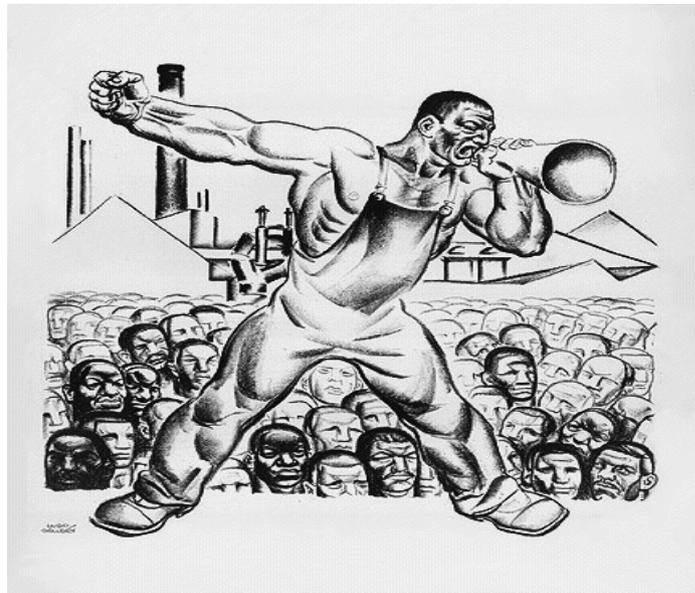
Não temos motivos para apoiar esse Estatuto.

O governo Lula não representa os interesses dos trabalhadores, portanto, não representa os interesses dos negros. Prefere pagar a dívida pública aos grandes capitalistas do que investigar em novas escolas técnicas e universidades públicas, em um sistema universal de saúde e educação que seja público, gratuito e com cotas proporcionais para negros e negras.

Outra política desse governo é retirar direitos dos trabalhadores através das reformas política, sindical e trabalhista. Ou seja, o que é ruim pode ficar ainda pior, pois o projeto do governo é mexer em direitos históricos como as férias, 13º, direito de greve, licenças maternidade e paternidade. São reformas para piorar ainda mais a nossa vida.

O PAC plano do governo Lula para um suposto crescimento econômico também não atende aos interesses dos negros uma vez que toda a sua lógica é

repassar para os grandes grupos econômicos o dinheiro do trabalhador. Um governo que destina milhões para a escola/universidade particular e joga os negros e pobres nos piores cursos e universidades, não pode merecer a nossa confiança; um governo que pretende tirar direitos nossos e garantir mais lucros para os patrões não pode merecer o nosso apoio.



A LUTA PELO SOCIALISMO

Não podemos esperar que o socialismo chegue para lutarmos contra a desigualdade e o racismo, pois a luta tem que ser agora. Mas é importante que tenhamos claro que sob o capitalismo não é possível haver igualdade verdadeira uma vez que esse sistema vive da desigualdade. Somente numa sociedade socialista será possível construirmos novas relações baseadas na solidariedade e fraternidade entre homens, mulheres, negros, brancos demais etnias.

Só em uma sociedade socialista baseada no poder dos trabalhadores negros e brancos é que todos poderão ter acesso ao melhor sistema de educação e saúde (que não será necessário cotas porque todos terão acesso), lazer e espaço para amplas liberdades culturais e que todos possam se expressar livremente. Só em uma sociedade em que o lucro não seja mais importante que

vidas humanas pode se apoiar na igualdade real entre todos nós.

NOSSAS PROPOSTAS

Ensino Público e Gratuito para todos. Enquanto não avançamos para essa conquista, cotas proporcionais nas universidades;

o Cotas proporcionais para negros nas escolas técnicas municipais, estaduais e federais. Com vagas proporcionais para filhos de trabalhadores oriundos das escolas públicas;

o Retirada imediata das instalações militares das terras do Quilombo de Alcântara;

o Reforma agrária com cotas proporcionais para negros como forma de garantir que nossos irmãos e irmãs que lutam pela terra não fiquem apenas com a enxada e a bandeira nas mãos;

o Imediata preparação de professores e liberação de verbas para compra de livros e materiais necessários para a “implementação” da lei 10639, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Literatura Africanas em todas as escolas e universidades, bem como a história de resistência dos negros em África, no Brasil e no mundo;

o Indenização financeira e social à África pelos mais de 500 anos de expropriação material e humano;

o Reparções já e sem demagogia a toda a população negra;

o Titularização de terras dos remanescentes de quilombo;

o Fim dos planos privados de saúde, que o governo crie medidas para que todos os hospitais e clínicas atendam a população de baixa renda. Pela estatização da rede hospitalar e quebra das patentes dos remédios;

o Pela obrigatoriedade e gratuidade dos exames para detecção de anemia falciforme;

o Aposentadoria imediata e sem restrições para os portadores de câncer, desde que seja de seu interesse, a partir do diagnóstico positivo;

o Garantia aos portadores de câncer da *carteira de isenção tarifária*, a partir do diagnóstico. Pesadas multas às empresas de transporte que não cumprirem ou dificultarem o acesso do portador de câncer a essas *carteiras de isenção tarifária*. O dinheiro da multa deve ser pago ao portador prejudicado;

o Salário mínimo do DIEESE como forma de elevar o padrão de

vida do povo negro em geral e das mulheres negras, em específico, principais vítimas do mínimo de fome;

o Lutas para barrar as reformas sindical e trabalhista e qualquer outra que prejudique os trabalhadores em geral e os negros em específico;

o Lutas pela implantação imediata das cotas proporcionais no mercado de trabalho com objetivo de equilibrar, agora, a situação entre negros e brancos;

o Não pagamento da dívida interna e externa e que o dinheiro seja utilizado para investimentos sociais e num programa de reparações;

o Que o 20 de Novembro seja reconhecido como feriado nacional e Zumbi reconhecido oficialmente como símbolo dos explorados e oprimidos na luta contra o regime escravocrata;

o Apoiamos o Congresso Nacional do Movimento Negro e lutamos para que ele seja um congresso debatido e construído pela base do movimento negro, principalmente nas periferias

o Pela libertação de Mumia Abu Jamal;

o Contra a farsa do Estatuto da Igualdade Racial;

o Fora tropas brasileiras do Haiti;

ACADEMICISMO E LUTA DE CLASSES

Alexandre Ferraz (professor - SP) e J.D.Duarte (FSA)

Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo. (Marx)

Bobbio certa vez fez referência à existência de vários marxismos como prova da vitalidade dessa corrente de pensamento. É uma afirmação que tem certa razão, mas por outro lado pode levar a crer que “todos esses marxismos” representem de fato os pressupostos de Marx e do marxismo revolucionário.

NEM ACADEMICISMO CONTEMPLATIVO...

Iniciamos com essa reflexão porque há no mundo uma corrente que se reivindica do marxismo, porém por uma via que retira dele a práxis, ao nosso ver uma característica central para compreendê-lo. Ou seja, o marxismo mais além de interpretar e criticar o mundo apresenta-se como uma alternativa. Estamos falando do academicismo, corrente formada por professores e intelectuais do mundo acadêmico, principalmente nas

universidades, que restringem sua “intervenção” apenas às atividades intelectuais.

Aqueles que se filiam a essa corrente cometem um grave erro, principalmente porque lidam com a realidade como um mero objeto descritivo e de contemplação, o que naturalmente leva a desconsiderar a única força capaz de modificar a realidade social, qual seja, a luta dos trabalhadores. Por isso, essa corrente sempre está distante dos

acontecimentos reais da luta de classes, como greves, passeatas, etc. Muitas vezes, como se não bastasse a sua ausência, ainda as criticam porque “não levam a nada”, “porque são limitadas”, etc.

Geralmente essas correntes justificam seu academicismo com o falso argumento de que o capitalismo ainda tem muito fôlego, e que uma ação revolucionária está tão longe que, portanto, a atuação prática pode ser relegada a um futuro distante. Contra essa ilusão, citamos um intelectual marxista, geralmente reconhecido, mesmo pelos academicistas, que, no entanto ficariam vermelhos de vergonha ao ouvirem estas palavras, que ressaltam sua estreiteza, pois o autor chama a atenção justamente para a urgência de uma militância socialista revolucionária prática e teórica:

“Seguindo os passos de Marx , Rosa Luxemburgo expressou de forma notável o dilema que teremos de enfrentar: ‘socialismo ou barbárie’. Quando Marx formulou sua primeira versão dessa idéia, ele a situou no último horizonte histórico das contradições em evolução. Conforme sua visão, num futuro indeterminado os indivíduos seriam forçados a enfrentar o imperativo de fazer as escolhas certas com relação à ordem social a ser adotada, de forma a salvar a própria existência.

Quando Rosa Luxemburgo comentou essa dura alternativa, a segunda fase histórica do imperialismo estava em pleno apogeu, provocando em enorme escala o tipo de destruição inimaginável num estágio anterior de desenvolvimento. Mas a escala de tempo em que o sistema de capital continuaria a se afirmar na forma de ‘destruição produtiva’ e de ‘produção destrutiva’ ainda era indeterminada durante a vida de Rosa Luxemburgo. Não havia naquele tempo nenhuma potência – nem mesmo a união de todas – capaz de destruir a humanidade com seus conflitos devastadores.

Hoje a situação é qualitativamente diferente, e por isso a fase de Rosa Luxemburgo adquiriu uma urgência dramática. Não existem rotas conciliatórias de fuga. Ainda assim, nem mesmo o fato de se poder afirmar com certeza que a fase histórica do imperialismo hegemônico global haverá também de fracassar em razão de sua incapacidade de dar solução para as contradições explosivas do sistema, ou mesmo de adiá-las indefinidamente, é promessa de solução para o futuro. Muitos dos problemas que temos de enfrentar – desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais indicados acima, e até a destruição ecológica generalizada observada por toda parte – exigem

ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos. O tempo está se esgotando. Assim, somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital.

Os que falam a respeito de uma ‘terceira via’ com solução ao nosso dilema, e que afirmam não haver espaço para a revitalização de um movimento radical de massa, ou querem nos enganar cinicamente ao dar o nome de ‘terceira via’ à aceitação submissa da ordem dominante, ou não entendem a gravidade da situação, acreditando num sonhado resultado positivo que vem sendo prometido por quase um século, mas que não dá sinais de se realizar. A verdade desagradável hoje é que se não houver futuro para um movimento radical de massa como querem eles, também não haverá futuro para a própria humanidade.

Se eu tivesse de modificar as palavras dramáticas de Rosa Luxemburgo com relação aos novos perigos que nos esperam, acrescentaria a ‘socialismo ou barbárie’ a frase ‘barbárie se tivermos sorte’ – no sentido de que o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital. E o mundo dessa terceira possibilidade, além das alternativas de ‘socialismo ou barbárie’, só abrigaria baratas, que suportam níveis letais de radiação nuclear. É esse o único significado racional da terceira via do capital.

A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, lança um nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo. Por isso, o século à nossa frente deverá ser o século do ‘socialismo ou barbárie’”. (Meszáros, István. O Século XXI: Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, pp, 107-109.)

A mudança do mundo nunca ocorreu e não ocorrerá no plano ideal, ou seja, pela percepção que o indivíduo tem do mundo, mas sim por um processo de luta e organização de classe, por sua ação prática e consciente, portanto, teorizada ou refletida, de homens e mulheres contra o sistema. A mobilização constitui-se, portanto como o instrumento central dos processos revolucionários.

Aqui não se trata de qualquer repulsa às atividades teóricas, pelo contrário, a teoria é um instrumento fundamental

para a esquerda e para o proletariado se firmarem enquanto alternativa para a humanidade. O que reafirmamos é que só a teoria, isolada e distanciada da prática, pouco ajuda à luta revolucionária e ao proletariado.

Na verdade, não apresentamos nada de novo, apenas retomamos Marx nas “teses sobre Feuerbach” polemizando com alguns hegelianos. Logo na primeira tese, Marx faz a demarcação de sua posição da relação teoria e prática:

“A principal insuficiência de todo o materialismo até aos nossos dias - o de Feuerbach incluído - é que as coisas, a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sobre a forma do objeto ou da contemplação, mas não como atividade sensível humana, práxis, não subjetivamente. (...) pois que o idealismo naturalmente não conhece a atividade sensível, real, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva (...) Ele considera, por isso, na Essência do Cristianismo, apenas a atitude teórica como a genuinamente humana (...) Não compreende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, de crítica prática.

“ Marx e o marxismo revolucionário não separam teoria e prática, pelo contrário, essas duas formas de atuação são um só corpo. A própria vida de Marx é uma demonstração de sua concepção, pois em cada fato importante da luta de classes, lá estava ele de ‘mala e cuiá’ ”

Esse é o maior erro e desserviço que essa corrente presta, pois constrói um tipo de interpretação da realidade de maneira superficial, restrita a algum aspecto teórico do problema, limitando-se à aparência das coisas. O significado prático de cada acontecimento da luta de classe passa despercebido de sua análise exatamente porque não tem contato com essa realidade. A consequência é o desenvolvimento de uma contradição insolúvel entre teoria e prática. Marx e o marxismo revolucionário não

separam teoria e prática, pelo contrário, essas duas formas de atuação são um só corpo. A própria vida de Marx é uma demonstração de sua concepção, pois em cada fato importante da luta de classes, lá estava ele de “mala e cuia”.

O peso e a importância que essa corrente tem, mesmo nos meios acadêmicos, tem sido reflexo da própria situação da luta de classes. Em momentos que há processos mais consistentes do proletariado, o academicismo tem perdido força, inclusive sendo “pressionado” por esses movimentos. Mas mesmo nessas situações, persiste o distanciamento com uma relação, para lembrar a precarização do aprendizado semi-presencial nas universidades.

Já nas situações de refluxo, o academicismo ressurgue com certa força porque não há movimento que se contraponha. É o momento de congressos, encontros e tantas outras atividades acadêmicas, e o que predomina nessas atividades é o distanciamento dos temas em relação à realidade do proletariado.

...NEM PRATICISMO

Uma crítica ao academicismo não pode cair no inverso, ou seja, de fazer apologia a um praticismo que também tem desvirtuado o legado de Marx. Da mesma forma que a esquerda, os militantes e ativistas não podem cair no academicismo nem ter sua atuação guiada por uma prática que forma militantes tarefeiros.

Lênin, em seu *Discurso para a Juventude Comunista* (1920), que chama essa juventude a aprender o comunismo, de imediato aponta que esse aprendizado não pode separar o livro da vida prática. *“Sem trabalho, sem luta, o conhecimento lívresco do comunismo, adquirido em folhetos e obras comunistas, não tem absolutamente nenhum valor, uma vez que não faria mais que continuar o antigo divórcio entre a teoria e a prática, esse mesmo divórcio que constituía o mais repugnante traço da velha sociedade burguesa”*.

A prática descolada da compreensão da realidade – que só pode ser alcançada pelo estudo teórico-forma um tipo de militância alienada, sectária e que não consegue responder

aos novos problemas que surgem no calor da luta de classes. O militante que não tem formação não consegue apresentar para os trabalhadores uma proposta alternativa a essa sociedade, e também não consegue se colocar perante a própria organização política da qual faz parte na defesa de suas posições políticas, ou seja, é um militante preso a uma lógica em que ele quase sempre estará afastado das decisões mais importantes, reduzindo-se a um cumpridor de tarefas.

Esse afastamento das decisões (re)produz uma divisão social do trabalho, em sua forma burguesa, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Aqueles que têm conhecimento teórico são os que pensam e elaboram (trabalho intelectual) e os com pouca formação teórica tem como única tarefa “por a mão na massa”, ou seja, panfletar, vender jornal e demais tarefas práticas da organização e do movimento.

A formação teórica dos militantes e a intervenção no movimento a partir desses ensinamentos possibilitam que a militância seja consciente, submetida somente ao seu convencimento e vontade, ao passo que uma militância praticista é quase sempre produto de um acaso ou de uma euforia momentânea.

ACADEMICISMO CHEGA AO MOVIMENTO

O academicismo não está só nas universidades, mas tem influenciado instâncias do movimento social. Um exemplo claro foi o CONAT (Congresso Nacional dos Trabalhadores), realizado no ano passado e que fundou a CONLUTAS. O avanço que foi fundação de uma entidade alternativa à CUT contrastou com uma metodologia estranha ao movimento dos trabalhadores, pois ao invés de realizar o debate das teses (possibilitando que os delegados conhecessem as posições de cada corrente), optou-se pela formação de “painéis” - palestras de várias horas - em que um falava e os demais ouviam passivamente, criando uma relação de hierarquia reprodutora da relação “professor” e “aluno”, que prevalece na

academia, relação separadora entre aqueles que pensam e os que ouvem para fazer.

O QUE UM MARXISTA FAZ NA UNIVERSIDADE?

A apropriação do conhecimento técnico deve se constituir como um dos objetivos de todo trabalhador. Uma sociedade socialista tem como base um alto desenvolvimento das forças produtivas em que o conjunto da classe trabalhadora deve dominar as técnicas de produção. O saber fazer também significa o domínio da técnica, e esse domínio é fundamental para a construção da sociedade socialista.

Por isso a burguesia, mesmo necessitando que uma parte da classe trabalhadora saiba como produzir (afinal a apropriação do trabalho alheio é a fonte de seus lucros), faz de tudo para evitar que todos os trabalhadores dominem essa técnica. A limitação do acesso dos trabalhadores à universidade, por exemplo, se enquadra nessa lógica de dominação burguesa. Restringir o conhecimento para garantir a dominação.

No caso do movimento estudantil, ao mesmo tempo em que lutamos pelo acesso de todos às universidades e



escolas técnicas, devemos combinar a participação nos CA's e DA's com uma atuação claramente ideológica, agindo

nesse espaço como um trabalhador, ou seja, defendendo os interesses da classe. Isso é importante porque nas universidades tratam-se todos como “estudantes”, termo este que, a exemplo de “cidadãos”, não revela a qual classe pertencem os grupos de indivíduos.

No que se refere aos professores das universidades, a primeira conclusão é que estão ali vendendo a força de trabalho e então, a primeira tarefa para os trabalhadores em educação das universidades também é se colocar como trabalhador, ou seja, no mínimo impulsionar as lutas imediatas de sua categoria.

Outra obviedade, tanto para os estudantes socialistas como para os professores, é que devem estar ali também para divulgar os princípios do socialismo, formar jovens para a luta contra o capital, para a luta revolucionária, unindo teoria e prática.

Mais uma tarefa, como combate à ideologia burguesa de que a universidade é um espaço “autônomo de saber”, é levar os princípios do socialismo (solidariedade de classe, luta contra o aparato repressivo do Estado e outros) nos confrontos da luta de classes da sociedade, tomando partido a favor do proletariado e impulsionando campanhas de solidariedade às lutas, ocupações do latifúndio, etc.

Essas questões é que diferenciam um estudante socialista dos demais e um professor socialista dos demais.

O marxismo é muito mais do que uma interpretação do mundo, é sobretudo uma proposta de superação desse mundo e o meio para tal feito é a ação direta do proletariado, que necessariamente precisa contar com o apoio militante de outros setores explorados/oprimidos da sociedade.

UM CASO CONCRETO

Toda polêmica tem o objetivo de responder a fatos concretos da luta de classes e um dos objetivos deste texto é polemizar contra uma posição de um

setor minoritário de ativistas – professores e estudantes- da Fundação Santo André, que foram contra a campanha pela libertação do preso político Marcelo Buzzeto, que também é professor da FSA.

Para não dar oportunidade a uma falsa discussão, salientamos logo que somos contra as posições políticas do Marcelo Buzzeto, e já expressamos isso publicamente. Foi um equívoco lastimável a posição dele em relação à Reitoria na FSA. Mas essa divergência política não pode nos levar à omissão diante da luta contra a repressão do Estado burguês e a política de criminalização dos movimentos sociais que atingiu Marcelo com a sua prisão.

“ Outra obviedade, tanto para os estudantes socialistas como para os professores, é que devem estar ali também para divulgar os princípios do socialismo, formar jovens para a luta contra o capital, para a luta revolucionária, unindo teoria e prática ”

Na luta contra a repressão burguesa, a nossa solidariedade tem que ser total e se constituir como um divisor de águas. Infelizmente, setores academicistas na FSA agiram de forma diferente, preferindo se calar e se omitir perante esse ataque do estado burguês, e isso foi um erro político gravíssimo, fruto de seu academicismo e de disputas anteriores.

Só quem não tem uma militância prática contra o sistema é que não tem idéia da gravidade de tal posição, que só pode levar ao fortalecimento da repressão ao não precisar se preocupar com a resistência. Mas o mais grave de tudo é que os defensores dessa posição não são militantes da direita....são

marxistas...isso mesmo: se dizem marxistas...

A SOLIDARIEDADE NA LUTA E O SOCIALISMO

O socialismo, com vistas ao comunismo, é um projeto de uma nova sociedade e, portanto, de um novo homem, com novos valores humanos e em contraposição aos valores da sociedade burguesa. Nessa nova sociedade, a liberdade de expressão será ampla para aqueles que produzem para o conjunto da sociedade, os valores de solidariedade serão elevados a um nível nunca visto pela humanidade. Fantasmas como a fome, a guerra, as doenças provocadas pelo descaso do sistema desaparecerão. Um momento em que o homem poderá viver plenamente suas possibilidades, porque a acumulação e o lucro não guiarão mais a vida.

É claro e evidente que esse homem não existe na sociedade burguesa, porque os socialistas também são produto dessa sociedade, mas isso não significa que não possamos, desde já, apontar e realizar valores, como a solidariedade de classe nas lutas. Não só é possível como necessário que tenhamos uma postura que seja uma referência para a humanidade.

Se falamos que somos socialistas e não nos diferenciamos de um homem burguês, não seremos referência para os trabalhadores. E isso inclui deixar de lado as “picuinhas” pessoais e se solidarizar com os lutadores contra o Estado burguês.

No caso do academicismo, é preciso que desçam da cátedra que a universidade oferece – desde que se “comportem” - e assumam seu papel ao lado do proletariado, pois têm muito a contribuir com o movimento, e também muito que aprender.

Apoiamos-nos novamente nas teses (3ª tese) de Marx sobre Feuerbach: “...o educador tem ele próprio de ser educado” ●

CULTURA

OS 300 DE ESPARTA E AS BATALHAS DO PRESENTE

Daniel M. Delfino

“Leônidas te pede que se erga. Eu peço apenas que se ajoelhe” - Xerxes em “300”

Frank Miller é o mais importante autor de histórias em quadrinho nos Estados Unidos, tendo sido responsável pela aparição de obras-primas como “A queda de Murdoch” (história magistral do personagem “Demolidor”, que o projetou para o estrelato instantâneo), “O homem sem medo”, “Electra Assassina”, “Ronin”, “Cavaleiro das trevas”, “Batman – ano 1” e toda a série “Sin City”. Seu talento como roteirista e ilustrador o alçaram à condição excepcional de autor independente, que produz à margem das grandes editoras Marvel e DC Comics, com total liberdade de criação e mercado cativo para qualquer trabalho que sai de sua prancheta.

Destacando-se no deserto de criatividade em que se tornou a indústria estadunidense de quadrinhos há várias décadas, Miller já foi cortejado pelo cinema no passado, quando colaborou como roteirista para “Robocop” 2 e 3. O resultado filmado ficou tão grotescamente distante de suas idéias originais, por conta das interferências absurdas dos executivos, que o autor jurou nunca mais trabalhar para Hollywood. A promessa só foi quebrada em 2005, quando o esperto diretor Robert Rodriguez mostrou que era possível levar uma das histórias de “Sin City” para as telas sem descaracterizá-la, produzindo por conta própria um trecho de alguns minutos de filmagem tão literalmente fiel ao original que prontamente convenceu Miller a ser seu parceiro na produção do filme completo.

O sucesso artístico de “Sin City” fez com que o exigente e ressabiado Miller baixasse a guarda em relação

à Hollywood. Antenado, o diretor Zach Snyder, responsável pelo pequeno clássico de terror “Madrugada dos mortos” (2004), usou do mesmo método de Rodriguez para adaptar para o cinema outra pérola de Miller, o álbum “300”, que conta a história do rei Leônidas e dos 300 soldados de Esparta que detiveram a invasão persa na Batalha das Termópilas, em 480 a. C. O filme de Snyder levou a história para as telas de modo quase tão literal (veremos que há algumas infidelidades) quanto o que foi feito anteriormente com “Sin City”, preservando no geral a visão bastante peculiar do autor sobre esse episódio histórico.

O universo de Frank Miller, seja nos quadrinhos ou no cinema, não é dos mais comerciais e palatáveis para qualquer audiência. As histórias são violentíssimas, invariavelmente sanguinárias, resvalando no mau gosto; e também muito sensuais, provocantes, cínicas, repletas de humor negro e absurdo, moralmente complexas e povoadas por personagens ambíguos. O imaginário do autor, influenciado pela leitura voraz do monumental mangá japonês “Lobo Solitário” e dos gibis estilo “noir” do seu mestre Will Eisner;

é acentuadamente masculino (o que não é o mesmo que machista), fatalista a ponto de ser cruel e chocante na sua dureza. Miller vê o mundo habitado por fortes e fracos, sendo os fortes aqueles que perseguem seus desejos sem hesitar e enfrentam a morte com audácia (o que não significa que ele não tenha simpatia e sensibilidade para com os vencidos da sociedade). Seus heróis também transpiram inteligência, malícia e humor, o que colabora para torná-los irresistíveis (o que também não é o mesmo que invencíveis).

A sensibilidade bastante peculiar do autor foi preservada na transposição de “300” para as telas. O episódio das Termópilas foi enriquecido com uma série de liberdades poéticas. Na estética “milleriana” os 300 espartanos são como samurais prontos para morrer, treinados desde crianças na arte da guerra; e Leônidas é um típico herói noir, apaixonado e amargurado, que sabe o que o futuro trará e tenta tirar algum prazer dessa sabedoria. O heroísmo dos gregos é artificialmente revestido de um bizarro sabor “samurai-noir”. Os anacronismos não param simplesmente nos aspectos formais, mas vão até os fundamentos da argumentação dramática.

Para justificar a necessidade de defender a Grécia da invasão persa, o autor usa como argumento a defesa da liberdade, da justiça, da democracia e da razão. Ora, nenhum desses conceitos nem sequer existia para os gregos, e muito menos para os espartanos, com o mesmo significado que nós lhes damos hoje. Os gregos tinham sim



uma noção de sua dignidade e das características peculiares do seu modo de vida, tanto assim que denominavam “bárbaros” àqueles que não falavam a sua língua e não partilhavam os mesmos costumes. Consideravam os bárbaros inferiores e apropriados somente para a escravidão ou a morte. Os gregos eram de fato um povo especial no mundo antigo, e de fato deram origem à liberdade, à justiça, à democracia e à razão, mas de um modo muito embrionário, que não se pode confundir com as idéias modernas que temos desses conceitos.

A democracia era restrita aos cidadãos livres. Os escravos e as mulheres não participavam das decisões. Na urbana e cosmopolita metrópole comercial de Atenas, floresceu uma classe de trabalhadores e artesãos que venceu a antiga aristocracia e instalou a democracia direta das assembleias em praça pública, mas ainda excluindo os escravos, estrangeiros e mulheres. Na interiorana e obscurantista Esparta, os aristocratas se transformaram em soldados em tempo integral, para submeterem as constantes revoltas dos escravos e das cidades vassalãs da região da Lacônia. Os espartanos eram um caso único na Grécia em que os cidadãos (somente os do sexo masculino) se dedicavam a treinamento militar desde os 7 até os 60 anos de idade.

Quando Leônidas encontra o exército da aliada Arcádia, ele brinca com o fato de os soldados árcades serem todos voluntários, pedreiros, comerciantes, etc., que por ocasião da invasão persa pegam em armas para lutar; enquanto que seus espartanos são todos soldados “profissionais”, guerreiros em tempo integral. Do ponto de vista grego, isso não fazia os espartanos serem vistos como superiores, mas pelo contrário, como semibárbaros. Os cidadãos dos outros Estados gregos tinham orgulho de serem trabalhadores livres e de lutar por suas cidades, e por isso tais cidades não precisavam de exércitos permanentes como Esparta. Podiam contar com voluntários entusiasmados em caso de guerra.

Os gregos (livres) de modo geral se dedicavam à arte, à cultura e às

atividades cívicas, mas também sabiam da necessidade de lutar. Buscavam um equilíbrio em que cabiam aspectos do soldado, do orador e do artista para compor o seu ideal de cidadão. A exceção era precisamente Esparta, onde os cidadãos somente se dedicavam à guerra. Não é por acaso que Esparta não legou à humanidade, como fizeram copiosamente seus primos gregos, nenhuma obra de filosofia, direito, teatro, poesia, música, matemática, ciência, pintura, escultura, arquitetura, etc., capaz de perpetuar seu legado na História. Talvez tenha deixado a educação física, que também é muito importante, mas é pouco.

Há outros aspectos desse obscurantismo militarista espartano que chocam a sensibilidade contemporânea: os recém-nascidos deficientes, fracos e doentes eram jogados de um penhasco. Em Esparta somente poderiam viver aqueles cujos corpos fossem considerados adequados para a guerra, no caso dos homens, ou para gerar soldados, no caso das mulheres. Ou seja, os espartanos praticavam a eugenia milênios antes dos nazistas. Mas hoje podem ser considerados heróis no cinema... Frank Miller não escondeu esses aspectos mais chocantes do modo de vida espartano. Não teve pudores “politicamente corretos” ao caracterizar o traidor Ephialtes (personagem histórico real) como um deficiente físico que escapou da sina de ser jogado à morte no penhasco.

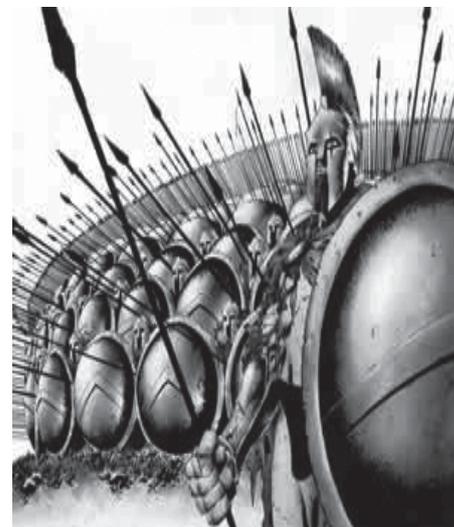
Para contrabalançar a crueza espartana (ou para preencher tempo sobrando de filmagem, uma vez que a história em quadrinhos original é muito curta), o diretor Snyder inseriu uma subtrama que não constava nos quadrinhos, em que a rainha desmonta um complô de políticos traidores vendidos aos persas que havia impedido Leônidas de usar todo o exército na guerra e obrigou o rei a partir com somente 300. Temos aqui uma coleção de pequenos absurdos históricos. Em primeiro lugar, em Esparta não havia uma separação entre uma camada de “políticos” e a dos nobres militares que decidiam fazer ou não a guerra. Essa separação é típica do imaginário popular

estadunidense, onde se pensa que o exército do país só não consegue vencer as guerras (como a do Vietnã) porque os políticos traem os soldados. Filmes como os da série “Rambo” se dedicam a explorar comercialmente esse tipo de vontade de satisfação de um povo que se sente traído por seus políticos e que quer fazer a guerra até o fim.

O público estadunidense consegue assim ser mais reacionário do que seus políticos. Snyder contrabandeia subterraneamente parte desse discurso para “300”, fazendo justiça ao desejo de sangue do público por meio da atitude da rainha.

Aqui temos uma segunda inverdade histórica: ainda que em Esparta houvesse uma assembleia em que os notáveis pudessem deliberar “democraticamente” sobre os rumos da cidade, nessa assembleia jamais uma mulher teria a palavra. Nem mesmo uma rainha. A função das mulheres espartanas, como a própria rainha expôs ao embaixador persa, é parir soldados espartanos. E mesmo isso jamais lhes daria a autoridade para estar presente junto ao rei e dirigir-se ao embaixador persa. Se havia um lugar na misógina Grécia em que as mulheres tinham ainda menos valor, esse lugar era Esparta.

Se a caracterização dos gregos tem alguns problemas, a dos persas não fica atrás. Na estética de Miller, os persas se parecem mais com africanos do que com asiáticos do oriente próximo. Os Imortais de Xerxes (guarda do Imperador, elite do exército, único setor “profissional” das tropas persas, que



realmente existiu, e foi derrotado pelos 300) são apresentados como ninjas japoneses. O imperador Xerxes é mostrado como um semideus andrógino. Essa apresentação é apenas parcialmente verdadeira.

Convém lembrar que os gregos também sabiam apreciar as virtudes de seus adversários. Xenofonte, mercenário e suposto discípulo de Sócrates como Platão, escreveu uma obra chamada “Ciropedia”, ou “educação de Ciro”, descrevendo elogiosamente o príncipe persa Ciro, o jovem. Seu homônimo ancestral, fundador do império persa, diferentemente do Xerxes de Miller, partilhava dos mesmos infortúnios de qualquer soldado raso, dormindo em tendas e comendo ração de campanha. Isso relativiza o tratamento unilateral e maniqueísta típico do cinema estadunidense, fortemente exacerbados no filme.

Mas não se pode ser muito severo com um trabalho como “300”. De saída o exagero visual, o excesso de violência, os personagens caricaturais, o tom estilizado, indicam que se trata de uma brincadeira ligeira, apesar de suntuosa, abordando um determinado tema histórico. Essa ligeireza desautoriza qualquer apreciação excessivamente detalhista, convidando à indulgência crítica e ao deleite visual descomprometido. “300” não é um filme pretensioso como o “Alexandre”

de Oliver Stone, e por isso mesmo é menos problemático.

Por falar em deleite visual, o público feminino e homossexual será instantaneamente magnetizado pela exposição massiva dos corpos masculinos seminus dos soldados espartanos, todos em excelente forma. Por falar em homossexualidade, é oportuno lembrar também que esse conceito não existia na antiguidade, nem entre os gregos nem em nenhum outro povo. Os antigos não dividiam a sexualidade entre “hétero” e “homo”, como fez o cristianismo, e permitiam que o desejo fluísse livremente entre os corpos, sem que isso tivesse implicações morais. O filme de Snyder não pôde ser inteiramente fiel nesse ponto, pois teve que cobrir os espartanos de tangas, que inexistiam no gíbi.

Para concluir, o que faz com que um filme violento, caricatural, historicamente impreciso, que comete infidelidades em relação à obra original e que manifesta rasgos reacionários possa conter alguma lição valiosa?

Todo verdadeiro artista, como Miller, é capaz de enxergar, apesar dos traços ideológicos próprios da sociedade em que sua obra se enraíza, onde está a questão fundamental a ser apresentada como objeto de reflexão ética relevante e como tema esteticamente válido, e também é capaz de dar a resposta correta para essa

questão. No caso de “300”, o conflito fundamental está exposto de forma lapidar na frase que escolhemos como epígrafe, atribuída a Xerxes: “Leônidas te pede que se erga. Eu peço apenas que se ajoelhe”.

A alternativa contida nessa frase é a mesma que atravessa toda a história da sociedade de classes: ou nos ajoelhamos perante os poderosos ou lutamos. A frase de Xerxes é a de todos os dominadores da História. Eles não nos pedem senão que nos ajoelhemos perante eles. Quão fácil é se ajoelhar! Quão fácil é render-se, resignar-se, conformar-se, vender-se, esperar, deixar passar, adiar, ceder, obedecer!

Fazemos isso todos os dias, na medíocre batalha diária pela abjeta sobrevivência no mundo capitalista. O sistema sabe recompensar aqueles que se ajoelham, como Ephialtes. Leônidas ironizou de forma precisa e devastadora essa recompensa, quando desejou a Ephialtes “que vivesse para sempre”. É essa a vida eterna e a recompensa que os poderosos oferecem: a sobrevida, a submissão e a negação da vida autêntica.

Em contrapartida, quão difícil é lutar! A postura de Leônidas é a mesma que nos pedem todos os revolucionários: que nos ergamos! Morrer de pé é melhor do que viver de joelhos, tanto nas Termópilas como hoje ●

Tempos Sombrios Bertold Brecht

Realmente, vivemos tempos sombrios!
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas
denota insensibilidade. Aquele que ri
ainda não recebeu a terrível notícia
que está para chegar.
Que tempos são estes, em que
é quase um delito
falar de coisas inocentes,
pois implica em silenciar
sobre tantos horrores.

www.espacosocialista.kit.net

email: espacosocialista@hotmail.com
rebeldiasocialista@yahoo.com.br